



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS DE ALTAMIRA/POLO PLACAS**  
**FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**  
**LINGUAGENS E CÓDIGOS**

**RENATA CARNEIRO RAMOS**

**MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA: A LUTA PELA TERRA E ACESSO À  
EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, URUARÁ, PARÁ.**

**PLACAS – PA**

**JUNHO 2019**

**RENATA CARNEIRO RAMOS**

**MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA: A LUTA PELA TERRA E ACESSO À  
EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, URUARÁ, PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso é apresentado para obtenção do grau de licenciatura em Linguagens e Códigos do curso de Educação do Campo da faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Giovana de Souza Rocha.

**PLACAS – PA**

**JUNHO 2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R175m Ramos, Renata Carneiro  
Minha trajetória de vida : a luta pela terra e acesso à educação  
na região da Transamazônica, Uruará, Pará / Renata Carneiro  
Ramos. — 2019.  
33 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Carla Giovana Souza Rocha  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de  
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade  
Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Agricultura camponesa . 2. Mulheres. 3. Memorial. I.  
Título.

CDD 370.91734098115

---

RENATA CARNEIRO RAMOS

**MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA: A LUTA PELA TERRA E ACESSO À  
EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, URUARÁ, PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Giovana Souza Rocha, apresentado ao Curso de Educação do Campo, Licenciatura em Linguagens e Códigos da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Linguagens e Códigos.

Data de aprovação: 05/07/2019

**Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Giovana Souza Rocha  
Orientadora – UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel da Silva Lopes  
Examinadora Interno – UFPA

Prof.<sup>a</sup> Mestre. Ana Paula dos Santos Souza  
Examinadora Interno - UFPA

## DEDICATÓRIA

*Nessa caminhada estudantil de lutas e conquistas e na celebração dessas vitórias, dedico esse trabalho às pessoas especiais que contribuíram para a realização desse sonho de se concluir o ensino superior. Agradeço ao meu supremo Deus, onde sempre busquei consolo e forças e compartilhei minhas alegrias em minhas orações que me fortalece a cada degrau da minha vida. Dedico aos meus pais: Reinato Rodrigues Ramos e Francelina de Castro Carneiro por sempre me amar, me incentivar e custear as despesas dos estudos quando não tinha condições e por ter me educado e moldado o meu caráter; e aos meus padrinhos de batismo Francisca Maria de Lima Genu e Jose Carmina Genu que sempre me ajudaram em despesas de material de estudo e apoio em hospedagem quando vínhamos para a cidade. Dedico também ao padre Francisco Glory (Chico) por ter ajudado minha família na luta pela terra. Dedico ao meu príncipe, querido e amado filho Gabriel que me fez descobrir o verdadeiro amor. Já desde um ano de idade precisei deixá-lo na casa da sua tia Marli para cursar essa faculdade, desde tão cedo a saudade passou fazer parte da nossa vida e tudo que sonho e luto é por nossa felicidade, para proporcioná-lo uma vida melhor. Dedico também aos meus laços de amizades; aos meus nove irmãos que se alegra a cada minha conquista e as minhas colegas da faculdade:*

*Rayane, Suelen, Karina e Jadelaine as quais compartilhávamos tudo que precisávamos, nessa período de quatro anos nos tempos universidades, dividíamos os quartos, as noites de estudo, os segredos, os apoios, o ombro amigo para superar as dificuldades e compartilhar as alegrias desses tempos universidades. As amizades contribuíram como psicólogos para nossa mente para o término desse curso. Dedico também a todos os mestres que contribuíram para o meu conhecimento, em especial meus professores dos anos iniciais da zona rural, Iramar Deivid da Silva e Roberto Lima , que com as metodologias da época e suas dedicações me ensinaram a ler e a escrever, dedico a professora Raquel Lopes, do ensino superior que com seu lado humano sempre me aconselhou, e incentivou a continuar o curso em meios as dificuldades que enfrentava no relacionamento conjugal. Dedico também a professora orientadora deste TCC, Carla Giovana que com paciência e sabedoria e exigência me faz concluir este trabalho. A todas essas pessoas especiais receba essa dedicatória como um precioso obrigado por contribuir com mais essa minha conquista.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos movimentos sociais do campo por lutar por uma educação especializada aos povos do campo a qual me contemplo com o ensino superior por causa dessa luta, agradeço finalmente o estado por meio da Universidade Federal do Pará por ofertar esse ensino gratuito e de qualidade aos povos do campo, e a todos os professores dessa renomada instituição do Curso de Licenciatura Educação do Campo da área da Linguagens e Códigos que aceitaram o desafio de estar conosco compartilhando, dividindo e construindo conhecimentos. Agradeço a toda equipe da Educação do Campo por planejar os melhores meios e métodos de nos ensinar e por essa qualidade ser reconhecido pelo MEC com nota máxima 5, como melhores curso de nível superior do país. Agradeço aos parceiros que garantiram que esse ensino fosse totalmente gratuito, como a prefeitura municipal de Placas na administração da prefeita Raquel que ao termino do recurso do curso nos garantiram alimentação, hospedagem e salas de aulas e também apoio para a coração de grau e outros serviços. Agradeço ao casal Neuza e Santos que abriram suas portas para nos receber todas as vezes que se iniciava o ano letivo e já não podíamos hospedar mais nas salas de aulas. Agradeço também a todas pessoas que nos serviram durante os tempos universidades fazendo as alimentações e limpezas do ambiente. Agradeço também a todos os colegas da turma pela convivência tolerante e a amizade. A todos, meus sinceros agradecimentos por contribuir com a oferta desse ensino.

## **RESUMO**

O objetivo geral é registrar as memórias sobre minha trajetória na educação básica e ensino superior público, estabelecendo reflexões sobre o ensino ofertado pelo Poder público e a realidade educacional vivenciada. Também se tem como objetivo, relacionar a partir desse percurso educacional as questões ligadas à luta da minha família pela terra, a batalha pelo empoderamento e emancipação feminina, além de discutir a essência do ensino ofertado aos povos do campo. Entre as minhas memórias, procuro trazer também as memórias de meus pais e dos registros do padre François Glory e outros autores que contribuem para debater esses assuntos e o entendimento sobre memória. Trata-se de um memorial autobiográfico que traz as recordações marcantes passando por um processo de reflexão A escola no período do ensino fundamental ao ensino médio, não se discutia temas relacionados às classes sociais dos alunos, como a luta que os agricultores enfrentam para adquirir a terra, a diferença da educação ofertada no campo e a educação ofertada na cidade, leis que asseguram os povos do campo, temas relacionados ao empoderamento das mulheres, dentre outros.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Mulheres; Memorial.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2.	SOBRE A MEMÓRIA .....	10
3.	A LUTA PELA TERRA: MEMÓRIAS DE FAMÍLIA .....	12
4.	MINHA EXPERIÊNCIA ESCOLAR: ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO .....	17
5.	O ENSINO SUPERIOR .....	23
5.1	EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS APRENDIZAGENS .....	26
5.2	EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA NO ESTÁGIO .....	29
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
	REFERÊNCIAS .....	32

## 1 INTRODUÇÃO

Apresento nesse trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo o memorial de minha trajetória de vida, ressaltando os aspectos ligados à minha vivência educacional, refletindo sobre como a ação do Poder público influencia na vida das pessoas de forma positiva ou negativa. É essencial refletir sobre essas memórias para se direcionar a outros rumos que possibilitem um tratamento melhor ao indivíduo do campo. Esses registros são sinônimos de inspirações e forças de resistências para as pessoas que tiverem acesso e pretendem conhecer mais sobre a luta pela terra, os obstáculos enfrentados pelos adolescentes e jovens do campo para conseguirem os estudos e a resistência para garantir a igualdade de direitos e liberdades de gênero, nesse universo ainda de predominância do machismo. E ainda, perceber a necessidade e a consolidação através de iniciativas como o curso de Licenciatura em Educação do Campo, por meio de políticas de educação diferenciada para os povos do campo devido os seus modos de vida, cultura e produção serem diferenciados dos modos de vida dos sujeitos da cidade.

Através das dificuldades enfrentadas na maratona estudantil, juntamente a partir das reflexões e análises por meios das disciplinas, dos textos, das leis e das provocações e explicações dos professores do curso de Educação do Campo no Tempo Universidade e nas pesquisas realizadas nos tempos comunidades, despertou-me um interesse de registrar por meio de minhas memórias, os modos que se fez e que está a educação da zona rural nesse país, o enfrentamento da família que passou por conflitos fundiários para se consolidar na terra, considerando que a terra é a primeira base de uma família, para depois se buscar educação escolar para os filhos; as batalhas que as mulheres enfrentam com seus companheiros para acessar os estudos, e eu como uma das protagonistas desta luta, também busco contribuir para o empoderamento dessas mulheres do campo a se libertarem das amarras do machismo predominante.

É um trabalho construído a partir do ponto de vista do sujeito social que recebe e sofre a ação e toma decisões e rumos para melhorar a vida. Quando se planeja para melhorar a vida dos sujeitos do campo é preciso levar em consideração todos os pontos de vista dos envolvidos, de quem planeja, e de quem recebe esse planejamento.

Assim, tenho como objetivo geral registrar as memórias sobre minha trajetória na educação básica e ensino superior público, estabelecendo reflexões sobre o ensino ofertado

pelo Poder público e a realidade educacional vivenciada. Também se tem como objetivo, relacionar a partir desse percurso educacional as questões ligadas à luta da minha família pela terra, a batalha pelo empoderamento e emancipação feminina e a essência do ensino ofertado aos povos do campo.

Entre as minhas memórias, procuro trazer também as memórias de meus pais e dos registros do padre François Glory (também denominado por Francisco ou Chico) e outros autores que contribuem para debater esses assuntos e entendimento sobre memória.

Este trabalho está organizado em sete seções a primeira refletimos sobre o conceito de memória e a importância de registrá-la, na segunda seção segue os relatos da luta pela terra, na terceira se registra minha experiência escolar no nível fundamental ao ensino médio, na quarta, quinta e sexta sessões serão relatados o acesso ao nível superior, as aprendizagens do curso Educação do Campo e as experiências dos estágios juntamente com as práticas no exercício da docência, e logo em seguida as considerações finais.

## **2. SOBRE A MEMÓRIA**

A abordagem será de pesquisa qualitativa que segundo Minayo (1994, p. 22) "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis".

Esse trabalho trata-se de um memorial, que segundo Silva (2010, p. 613.):

No espaço da formação acadêmica, o memorial, se visto como uma prática do narrar a história pessoal, afigura-se, nesse cenário, como dito, importante ferramenta metodológica por meio da qual se pode apreender o vínculo entre as maneiras de o sujeito compreender a si mesmo e o mundo que o cerca e, a partir desse processo, elaborar suas narrativas, isto é, suas memórias.

Segundo Bosi (1994), a memória oral "é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa ideologização da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica".

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que

se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecia já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris no quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado (BOSI, Ecléa. São Paulo, 1994).

Bérgson e Maurice Halbwachs citado por Vecchia (2011, p.1) entendiam a memória como “quadros sociais da memória”, ou seja:

A memória individual existe, mas situa-se na encruzilhada das malhas de relações múltiplas nas quais o homem está engajado, não escapando da trama da existência social atual. Assim a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, somos arrastados em múltiplas direções como se a lembrança fosse um ponto de referência diante da variação dos quadros sociais e da experiência coletiva. Nessa linha de pesquisa as relações sociais não ficavam limitadas ao mundo da pessoa, mas perseguiam a realidade interpessoal das instituições sociais, nas quais a memória do indivíduo dependia de suas relações com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim com grupos de convívio e grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

E mais especificamente, a memória autobiográfica trata de recordações marcantes, que após ser trazidas pela pessoa passa por um processo de reflexão. Conforme Gauer e Gomes (2008, p. 508) a memória é: "duradoura, mas há eventos que se tornam marcantes com o passar do tempo. De um modo ou de outro, o que está implícito na recuperação de eventos pessoais são as capacidades de memorizar eventos e de julgá-los reflexivamente".

Assim, memória autobiográfica:

É então definida como a recordação consciente de uma experiência pessoalmente vivida ou testemunhada, acompanhada de um senso de re-experiência do evento original, e da crença de que o episódio realmente aconteceu. Essa abordagem fenomênica recupera a experiência das qualidades como aquilo que permite a um indivíduo distinguir entre a lembrança de um evento passado e outros poder públicos conscientes como o sonho e a imaginação (GAUER; GOMES, 2006, p. 102).

Em relação ao conceito de memória, Gauer e Gomes (2006) destacam as ideias de Aristóteles de que há diferença entre memória e recordação. Essas diferenças estão porque consideram que memória é "uma função da faculdade primária do senso percepção, constitui um modo especial de representação após um lapso de tempo percebido". Já a recordação "consiste na reiteração dos objetos da memória e é um poder público especial da consciência", e destacam que é "uma memória, no tempo presente, de algo que foi percebido num tempo passado" (GAUER; GOMES, 2006, p.103).

Para isto, além da própria memória, também busquei conversar com os meus pais sobre fatos da minha infância, assim como, utilizei um livro do padre François Glory

(conhecido na região da Transamazônica como padre Chico), no qual consta momentos da trajetória de minha família.

### **3. A LUTA PELA TERRA: MEMÓRIAS DE FAMÍLIA**

Refletindo sobre as decisões que são tomadas em esfera global de nosso país, essas decisões afetam diretamente ou indiretamente os indivíduos da sociedade. Referente a posse da terra no Brasil como problema social que se originou a partir da distribuição de terras entre a classe dominante deixando os mais pobres sem terras, sujeitos a reivindicarem seus direitos sobre a terra do poder público, o que resultou e resulta em graves conflitos fundiários. Vamos mergulhar nos dados históricos para conhecer a raiz desse problema, ou seja, como a distribuição de terra no Brasil desde o período colonial beneficiou a classe burguesa no nosso país.

Na verdade, a luta pela terra existe desde o dia que os portugueses botaram os pés em nosso país. O domínio e a posse de áreas de terra fazem parte da formação das classes sociais e do poder econômico e político em nossa sociedade. Por isso, sempre houve muitos conflitos em torno da terra. [...] Até 1850, as terras pertenciam à Coroa, ao Rei, que distribuía a posse em grandes extensões, na forma de sesmarias, a seus amigos. Isso depois de dominarem e massacrarem milhões de indígenas que eram os verdadeiros proprietários das terras. [...] A partir de 1825, a coroa portuguesa começou a organizar programas de colonização com agricultores pobres europeus: alemães, italianos etc., que eram atraídos ao Brasil com promessas de poderem ter terras. [...] Em 1850 foi decretada a primeira Lei sobre o uso das terras, a chamada Lei da Terra. Através dessa Lei, o Rei permitia a propriedade privada da terra aos fazendeiros, desde que comprassem, ou seja, desde que pagassem um certo valor à Coroa. [...] As pessoas mais ricas da sociedade puderam então legalizar e comprar imensas áreas de terras, pois isso representava uma forma de poder econômico e político. Em 1888, foi decretado outra lei que impedia o trabalho escravo (Lei Áurea) e com isso milhares trabalhadores negros passaram a ter uma vida autônoma. Mas quase ninguém pôde ter acesso às terras, pois não tinha recursos para compra-las. (STÉDILE; FREI SERGIO, 1993, p.15).

Através desse favorecimento da terra à classe burguesa e política, o Poder público sem novas políticas de redistribuição de terra aos pobres deixou prevalecer a concepção "de lei do mais forte". E a minha família hoje constituída de doze pessoas, eu, meu pai, minha mãe e meus nove irmãos. Eles sofreram ameaças e expulsão de suas próprias terras na região de Goiás, hoje Tocantins.

Lembro-me que durante uma das aulas na faculdade, na disciplina de Movimentos Sociais e Educação do Campo, onde o professor Mário Henchen perguntava aos alunos como foi a chegada de

cada família aqui na região da Transamazônica. Após ouvir os relatos dos colegas, onde em sua maioria, os familiares vieram trazidas pelo INCRA no governo de Médici, cuja propaganda anunciava aos povos do Nordeste e de outras regiões o lema “homens sem-terra, para uma terra sem homens”, e com a promessa de total assistência para as famílias até elas se estabilizarem e se manterem por conta própria. Poucas receberam de início uma pequena cesta básica e terras distantes da cidade onde não tinha escola, nem transporte para escoar a produção, tampouco comércio. As lutas foram tantas para amenizar esta situação que até hoje ainda é precária, constatadas e registradas nas nossas pesquisas dos tempos comunidades. Longe dos sonhos de uma rodovia bem estruturada como afirmam Souza e Petit (2018), as famílias foram deixadas na Transamazônica sem assistência adequada para viver bem.

Num primeiro momento, as vilas se estabeleceram em função da mão de obra necessária para a abertura da rodovia” não seguindo assim o planejamento de uma estrutura de uma rodovia. Confirmando as falas dos meus colegas ele continua a relatar “O pessoal foi indo embora junto com o canteiro. Os que continuaram ficaram perdidos, com dificuldades.” O Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) só conseguiu dar lotes e infraestruturas a 900 famílias. Segundo Pedro Petit, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), a propaganda do governo “favoreceu a vinda para a Amazônia, sem nenhuma ajuda oficial, de milhares de camponeses sem terra e mini fundistas de diversas regiões do Brasil”. Sem nem chegar perto do que havia sido planejado, a Transamazônica foi inaugurada por Médici em agosto de 1974 (SOUZA; PETIT, 2018).

No desenho dessa conjuntura que se configurou a Transamazônica, chegou a minha vez de relatar como minha família chegou ao Pará. Comecei recordando das memórias de meus pais, que diferente de todas as histórias que ouvi, e conforme as palavras de Souza e Petit, muitas famílias vieram sem nenhuma ajuda oficial do governo. Minha família se enquadrava nessa afirmação e o que mais impulsionaram para o Pará foram as perseguições de conflitos fundiários que ocorriam na região do Goiás, hoje, Tocantins. Os latifundiários perseguiram as famílias que se encontravam na terra e ameaçavam até elas saírem das terras para eles se apossarem. Nessa época, o único socorro para aquelas famílias era a defesa da CPT (Comissão Pastoral da Terra) coordenada pelos padres da igreja católica, que orientavam e defendiam o direito da posse de terras aos pequenos agricultores. Meu pai fazia parte desta lista de morte, pois sua persistência de permanecer na terra causava irritação no grileiro porque atrasavam seus interesses.

Essa história consta em um livro escrito pelo padre François Glory conhecido na região como padre Chico. O livro tem como título “Trinta anos a serviço das comunidades de base no Brasil amazônico”. Na Figura 1 apresento os meus pais no dia de lançamento do livro, ao lado do amigo padre Chico.

Figura 1. Casal Ramos, filho mais velho e o padre Chico no lançamento do livro, Uruará, Pará.



Fonte: arquivo pessoal (2019)

O padre Chico, enquanto igreja juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) defendia as famílias das garras dos grileiros. Nas páginas 151 a 160, ele relata o início desse conflito e o empenho dos padres da igreja católica que dedicavam seus serviços em defesa de vida digna e da luta pela terra daqueles pequenos agricultores. Nesse tempo, após sua chegada na região de Goiás, onde meus pais moravam, ele foi procurado pelo povoado que estava ameaçado de perder suas terras para grileiros, e expõe a situação em seu livro com um subtítulo e os chama de “Os “pois é” porque eles pontuavam suas frases com essa exclamação. François Glory relata esse encontro:

Nesse mês de outubro tudo se acelera. Numa bela manhã varrida pelo vento e banhada de sol, como ocorre com frequência nessa região, camponeses que nós chamaremos de os pois é, porque eles pontuavam todas suas frases com essa exclamação, desembarcaram em minha casa. Eu jamais os tinha visto; eles tinham ouvido falar da ação da CPT. Formavam uma imensa família vivendo na mesma propriedade, segundo disseram, estavam ameaçados de perder suas terras. Convidaram-me a constatar, com meus olhos, aquilo que Izambert Camelo, antigo prefeito de Natividade, tramava contra eles. [...] Ele sustentava firmemente que esses camponeses possuíam apenas 15 hectares. Eu lhe pedi que provasse. Dito isso fomos ao cartório mantido pelo velho colorido, uma das figuras do tráfico de títulos de propriedades fundiárias. Como o documento não podia ser retirado no mesmo dia, eu passei sozinho no dia seguinte, na ausência de Izambert, que tinha pretextado viagem urgente. Minha surpresa foi do tamanho da fraude: os camponeses eram bem proprietários, mais de 1500 hectares! [...] Com os conflitos nascendo nos quatro cantos da paróquia, eu temia o pior. [...] A terra se tornara meio de se enriquecer. A procura era grande e um verdadeiro mercado se organizava entre os proprietários de Natividade, o cartório que eles controlavam e os potenciais compradores do sul. (GLORY, 2018).

Depois dos conflitos se agravarem na paróquia, o padre Chico foi transferido pelos seus superiores, na intenção de poupar sua vida, para o estado do Pará na paróquia Nossa

Senhora de Fátima no município de Uruará. Depois de se estabilizar por aqui, sabendo da situação de foragido do meu pai e do sofrimento da minha mãe com os nove filhos, convidou-o para se mudar para o Pará e disse que aqui teria terra para ele criar seus filhos. Meu pai aceitou o convite do padre para vir para o Pará, primeiro ele veio sozinho para conhecer a região. Chegando aqui, a igreja sob direção do Padre Chico, juntamente com os irmãos Lassalistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais conseguiram uma terra de 100 hectares no km 180 Sul a 45km da rodovia Transamazônica para minha família. Padre Chico segue descrevendo como foi a chegada da minha família em terras novas na cidade de Uruará-PA.

De Goiás, recebi algumas notícias enviadas por Henry que se inquietava com a situação do nosso amigo Alarico<sup>1</sup>. Um processo foi aberto contra ele em Natividade, mais sério do que o meu. Ele corria o risco de ser preso e mais, sua vida estava em risco: os assassinos continuavam sempre à sua procura. Como não podia viver como fugitivo permanente em Goiânia, Henry me propôs fazer com que ele e sua família partissem para Uruará, uma terra de exílio onde seria, como eu, obrigado. A família partiu para o exílio: três dias e três noites de viagem por terras desconhecidas, com nove filhos pequenos. Revejo a cena da chegada: uma noite, retornando de uma visita a uma comunidade, eu os reencontrei sentados no chão da entrada de nossa local de acolhida, cercado por suas mochilas, cansados. Em seus olhos, adivinhei uma pequena luz de esperança. Henry os havia tirado da goela do leão. (GLORY, 2018).

A única alegria era de ter conseguido a terra, mas iria enfrentar todas as dificuldades que os pioneiros da floresta enfrentaram. Não tinha estrada, o que existia era uma trilha no meio do mato onde os poucos camponeses que existiam por ali trafegavam.

Depois de 08 meses trouxeram a minha mãe juntamente com as filhas e filhos, eu nasci um ano após a chegada da minha família no Pará, em 1990. Foi estranho para eles morarem no meio da floresta, ver feras nunca vistas como a onça e outros animais dessas regiões, mas em comparação ao monstro do latifúndio, essas feras representavam pouco medo.

A dificuldade maior é que não existia escola nas redondezas. Meus pais vendo seus dez filhos sem estudo e analisando o círculo fechado, resolveram trocar os lotes que ficava a 50 km do travessão por um lote que fica a 32 km, próxima a 4km da escola. Na Figura 2 está a minha família, comigo já adolescente.

---

<sup>1</sup> Alarico é o nome fictício dado ao meu pai no livro escrito pelo padre Glory.

Figura 2. Família Ramos e o padre Chico, Uruará, Pará.



Fonte: arquivo pessoal (2003)

Em meio a todas essas dificuldades e alegrias de estarmos vivos, fui crescendo e sempre educados por eles na fé cristã da igreja católica. Na minha adolescência, às vezes chegavam amigos do meu pai lá em casa e ele quando achava que o amigo era confiável, contava essa história da luta pela terra como tudo aconteceu. Eu, curiosa, ouvia pelos cantos, pois, devido minha condição de mulher não era permitido participar e nem ouvir as conversas dos homens e dos mais velhos, assim como, não podia sentar a roda de conversas por serem assuntos de adultos. Na minha concepção religiosa ficava angustiada ao pensar que meu pai teria se envolvido em conflito por terra. Às vezes chorava pensando nisso e causava um certo distanciamento entre mim e meu pai, por fazer dele a imagem do homem do mal. Chorava por passar por essas angústias, pois, eram pesadas demais para a mente de uma adolescente. Ninguém nunca me explicava sobre conflitos fundiários e esta situação que minha família passou.

Na escola tradicional, nunca estudei sobre a vida dos camponeses que sofriam com as pressões dos latifundiários. Quando tive a oportunidade de participar da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruará, aos 18 anos, tive acesso pelos jornais da CUT sobre as histórias e as lutas do campesinato. Através daqueles registros fui compreendendo que aquelas

histórias se comparavam às contadas pelo meu pai. Lendo também a histórias de muitos sindicalistas que eram ameaçados, que muitos até morreram por defender os agricultores e seus direitos. A partir daí, pude observar que o monstro era o latifundiário, que estava do outro lado, que lutava contra meu pai. Ao ler essas histórias comecei a perguntar aos líderes antigos do Sindicato como era suas lutas. E através dos depoimentos de Geraldo Batistello, Joãozinho e Avelino Ganzer, pude conhecer mais sobre os enfrentamentos que eles junto ao movimento sindical faziam frente para defender e melhorar a vida do camponês.

Depois pedi que meu pai me recontasse a nossa história de confronto pela terra, ali já conseguia ouvir sem medo. Ao chegar na Universidade podemos estudar pela primeira vez na escola como se configurou a vida do homem do campo, através de muitas lutas, às vezes sangrentas, e saber que aquelas lutas eram a da minha família também. Após adquirir essas informações, as perturbações da adolescência tomaram novas considerações. O inferno já não era mais meu medo, hoje considero que o inferno foi o que eles viveram na base de perseguições e ameaças. Nos estudos também os professores nos levaram a perceber que o ensino que a escola oferecia não se trata de assuntos relacionados aos modos de vida dos estudantes. Por isso que todo esse período de ensino fundamental e ensino médio fiquei sem explicação e compreensão sobre a minha própria história e as lutas de minha família.

#### **4. MINHA EXPERIÊNCIA ESCOLAR: ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO**

Na escola Carlos Drummond de Andrade, meus irmãos e eu estudamos até a quarta série do ensino fundamental menor. O esforço de estudar era constante, percorrendo 8 km a pé por dia, era nossa maratona pelos estudos. A primeira escola tinha somente uma sala, o quadro, as carteiras e o giz da professora. Era coberta de tabuinha e rebocada com barro, construída pelos próprios pais. Depois, já nos anos finais do ensino primário a prefeitura construiu um novo prédio, hoje abandonado, conforme pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3. Escola Carlos Drummond de Andrade desativada, Uruará, Pará



Fonte: arquivo pessoal (2019)

O incentivo e esforço para estudarmos era intenso por parte dos nossos pais. Sempre estudamos entoados por essa frase dita pelos nossos pais: “Meus filhos estudem para ser alguém na vida”. Como se não fossemos ninguém e tinha que estudar para ser uma pessoa importante. Mas, creio que eles sempre diziam essa frase com incentivo para concluirmos os estudos e não passar pelo mesmo sofrimento que eles passaram. Sempre me dediquei aos estudos e além das orientações da professora eu tinha um apoio e incentivo dos meus outros irmãos que se encontravam em séries mais avançadas e sempre me ajudavam nas tarefas de casa.

As lembranças desagradáveis que tenho são das metodologias da professora, pois, quando os alunos que erravam ou tinham comportamentos desrespeitosos com a professora ou com os colegas, eles eram castigados. Quanto ao meu comportamento nunca fui castigada por isso, por não fazer estripulias, mas uma vez lembro-me que ela me colocou de joelhos diante do quadro na frente de todos os meus colegas, por eu ter errado três palavras na lição que fazíamos todos os dias. O esforço era contínuo para decorar aquelas lições, lia muito naquelas noites para aprender e me livrar do castigo da professora e de passar vergonha diante de meus colegas, a contar também com a chacota que eles faziam com quem ficava de castigo. Nesse tipo de educação, a professora recebia a orientação dos pais que deveriam castigar os alunos quando ela julgasse necessário. E os castigos sempre aconteciam. Em casa também meus irmãos foram sempre castigados, e eu, às vezes, quando recebiam reclamações da escola.

Nossas bolsas escolares eram sacolas plásticas de supermercado as quais carregávamos os cadernos para a escola, e ai de quem rasgasse sua sacola, não se livrava da surra em casa.

Segundo Alves (2013, p.12) citado por Carvalho, Morais e Guimarães (2019, p. 28) a prática do castigo era comum nas escolas e famílias brasileiras.

A pedagogia jesuíta pregava abertamente a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças. Isso era posto em prática nas primeiras escolas e colégios brasileiros, e tais concepções pedagógicas estendiam-se ao âmbito da família, conformando um universo cultural de práticas e representações comuns àquele tempo histórico (ALVES, 2013, p. 2, citado por CARVALHO, MORAES, GUIMARÃES, 2019, p.28).

Esse método de ensinar punindo me causava um medo de participar das aulas, justamente por estar a minha frente uma educadora que tinha o poder de me punir a qualquer momento. Criei em minha mente um medo de me comunicar com pessoas importantes ou de status social ou com grau de escolaridade mais elevados do que o meu. Eram tempos em que os educandos somente respondiam no papel e raras vezes se manifestavam de forma oral quando perguntado pela professora o aprendizado proposto por ela. A professora mencionada era considerada uma excelente educadora pelos nossos pais, pois faziam seus filhos aprenderem e conseguia dominar a turma.

As lembranças boas que tenho da escola era que sempre na hora do recreio a professora brincava com todos os alunos de bandeirinha, queima, jogo de futebol, coelhinho mudou de toca, e também no início das aulas ela sempre cantava com a gente. Na volta para casa, quando não existiam as brigas, nós sempre voltávamos brincando com os colegas de "rela"<sup>2</sup> e as vezes de luta, era uma alegria imensa de criança. Eliminando as punições pelas tentativas de acertar, gostava muito de estudar, escrever e desenhar. Era muito lindo o mundo de cadernos, livros, lápis de cor, e me encantava com tudo isso.

Analisando os métodos que me alfabetizaram, os meus primeiros três anos de contato com a escrita e a leitura foi através das cartilhas de alfabetização. Somente tive acesso aos livros da terceira série em diante. Achava normais os métodos de alfabetização porque não conhecia outros. As memórias e pesquisas de Zeneide Paiva Pereira Vieira nos situam sobre os sentidos de aprendizagens, e acoplado aos conhecimentos que aprimorei no curso de Educação do Campo me fez perceber que os métodos de silabação e das cartilhas com lições fictícias nos atrasaram em fazer compreensões de textos reais e fazer leitura de mundo. Segundo Vieira (2017, p.14):

---

<sup>2</sup> “Rela” era uma brincadeira que constava de tocar um no outro, na qual, aquele que era tocado tinha que correr atrás do outro e tocar (relar) a mão no outro e falar a palavra rela; corríamos muito para não ser tocado.

[...] Quando revisitei os meus questionamentos, as minhas lembranças me situaram no final da década de 1990, quando do término do meu mestrado em educação. Naquele momento, ao estudar sobre os sentidos do aprendizado da leitura e da escrita nas classes de alfabetização, pude perceber, nas escolas de pesquisas que, na efervescência dos estudos e discussões do construtivismo, nos mais diferentes cursos de formações de professores e de pedagogia do país, bem como com a implementação dessa nova abordagem pelo sistema educacional brasileiro via PCNs, havia um predomínio da adoção do método tradicional de “silabação” pelos professores alfabetizadores tendo estes a cartilha como recurso exclusivo para o ensino da leitura e da escrita. Nos depoimentos, alguns desses professores argumentaram que adotavam a cartilha pela ausência do conhecimento de outras modalidades alfabetizadoras [...]

Por não ter continuação de estudo naquela vicinal, restavam somente duas opções para os pobres: mudar para a cidade para continuar os estudos ou parar de estudar. A maioria dos meus irmãos parou de estudar devido o poder público não ofertar a educação naquela comunidade. Até nos dias de hoje, o poder público nega o ensino médio e superior a esses jovens da área rural. Ser aprovado para cursar o nível superior é considerado uma sorte muito grande nos raros processos seletivos especiais. O ensino fundamental menor é ofertado na comunidade, e o ensino fundamental maior acontece por etapas o que leva alguns alunos que terminam as etapas do ensino fundamental menor a ficarem esperando, fora da escola, a formação de turma para continuar os estudos. Minha família, não querendo me deixar sem escola ao concluir o ensino primário me mandou para a cidade, aonde conclui o ensino fundamental e o ensino médio. Ao concluir o ensino médio fiquei oito anos fora da escola por falta de oportunidade de processos seletivos na cidade de Uruará para cursar o nível superior. Com a luta dos movimentos sociais do campo, por uma educação de qualidade no campo, tive acesso a oportunidade de cursar o ensino superior através do curso de Licenciatura de Educação do Campo na área de linguagem e códigos pela Universidade Federal do Pará. Analisando essa realidade, percebe-se que o poder público contribui significativamente para o êxodo rural e para a evasão escolar de jovens e adolescentes que estão sempre em luta na busca desses estudos. O desinteresse e a falta de investimentos na educação do campo se somam à taxa de analfabetismo e à baixa escolaridade das pessoas do campo em comparação aos egressos escolares da área urbana.

Para esclarecer o desinteresse do poder público em ofertar a educação continuada e de qualidade no campo, vamos mergulhar nos contextos históricos da intenção de se promover, ou não, educação às classes sociais, conforme revelado por Ferraro (2012):

Para se entender por que tamanha demora na universalização do acesso à escola é necessário ter duas coisas em mente. Em primeiro lugar, a escola laica, que lentamente se foi constituindo a partir do ano mil (Manacorda, 1987), especialmente a partir do século XII (Pirene, 1951), foi pensada para servir às necessidades e interesses de uma classe em formação, a burguesia, que se ia constituindo, não

dentro dos muros dos burgos, mas na periferia destes. Se, a partir principalmente das últimas décadas do século XIX, esta escola foi se abrindo também para o atendimento das classes trabalhadoras, isso se deveu em especial aos movimentos sociais que demandavam escola para todos. Na maior parte da sua trajetória, essa escola foi duplamente burguesa: por origem e por destinação. Em segundo lugar, pelo fato mesmo de essa escola ser burguesa tanto pela sua origem como pela sua destinação, ela era também essencialmente urbana. O meio rural ficará de fora.

Assim, entende-se as causas dos atrasos e a falta de investimento da educação para as áreas rurais do nosso país. Para a continuação dos meus estudos, meu pai me encaminhou para a cidade, com apenas 11 anos de idade. Foi um tempo de solidão. Tempo em que fui arrancada de minha família, das brincadeiras com meus irmãos, do carinho e dos ensinamentos do meu pai e de minha mãe, da professora e dos colegas que já conhecia e que estava acostumado com eles e com a vizinhança.

Fui para a cidade morar na casa de pessoas conhecidas de meu pai, pois não tínhamos nenhum parente que morava na cidade que tinha propriedade e não conhecia nenhuma daquelas pessoas. Foram tempos difíceis. Chorava sempre que ficava sozinha, com saudade de meus pais e de meus irmãos e da vida que eu tinha lá no campo.

Na escola quando não me aguentava de saudades, ia para o banheiro chorar. Foi difícil acostumar com a saudade, além do mais tinha poucas amizades na escola por ser uma menina da roça, quieta no meu canto. O desprezo não era total porque na hora dos trabalhos em grupos, alguns alunos da sala me preferiam ter em seus grupos por eu "mandar bem nos trabalhos", o que favorecia o grupo. Sempre era orientada pelos meus pais do que era combinado com os donos da casa, a não fazer amizades de convivência porque morava na casa dos outros e não podia perturbá-los, e não poderia sair para casa de colegas. Nesse caso o poder público contribui mais uma vez para a insegurança de vida dos adolescentes e jovens, obrigando a viver longe de suas famílias colocando a vida desses adolescentes em risco de humilhações, abalos emocionais e outras situações mais complicadas. Essa realidade contraria a proteção que o próprio poder público, junto com a família, por obrigação de consciência e da lei deveriam assegurar a adolescente. Como rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

Percebe-se que com a negação do direito à educação o poder público inflige a lei de proteção à criança, tirando-lhe a liberdade e a convivência familiar e comunitária dessas crianças do campo, tirando-lhe das brincadeiras de infância e atribuindo responsabilidades de trabalhos que se conciliava com os tempos de estudo, e assim seguia a minha luta em busca da formação escolar.

Nas casas onde ficava era responsável por todo serviço da casa, e quando existiam crianças, também tinha de cuidar delas. Nas duas primeiras casas meus pais eram responsáveis em arcar com todas as minhas despesas, escolar, higiênica e rancho também. Na última casa, a família era maior, incluía o casal e três crianças. O meu pai contribuía caso preferisse, mas os serviços e responsabilidades eram tantos, e eu recebia R\$40 reais por mês para comprar produtos de higiene.

Analisando nossos sofrimentos, o meu pai alugou um quarto para mim e minha outra irmã que também ficava na cidade nas casas dos outros. Raras vezes via minha irmã, pela rotina que levávamos de trabalhos e estudos. O aluguel do quarto foi um alívio porque passei a cuidar somente das minhas coisas e me dedicar aos estudos e trabalhos voluntários da igreja. Depois de um ano de aluguel o Sindicato de Trabalhadores Rurais oportunizou um barracão para os sócios que quisessem fazer uso dele, então meu pai se posicionou interessado, pois tinha as duas filhas que precisavam de um lugar para morar. Juntou-se a nós, mais uma irmã que veio do campo. Sempre estudava e trabalhava de diárias de faxina ou lavagens de roupa nas casas de famílias, e minhas irmãs também trabalhavam de doméstica. Depois, já concluindo o ensino médio fui convidada a estagiar no Sindicato e na próxima diretoria fui eleita como secretária, função que exerci por quatro anos.

Mas, somente depois que comecei o curso de Educação do Campo que iniciei a refletir sobre a educação que nos foi ofertada, a questionar os métodos de ensino, a levar em consideração as aprendizagens do aluno, pois considerava normal o ensino da escola, porque não podíamos questionar nada. Íamos para a escola para aprender o que o professor tinha para ensinar e pronto. Achava estranho que as vezes meu pai perguntava coisas, como cubar terra, por exemplo, e eu não sabia responder, e ele indagava o "porque que eu estava na escola?" Eu respondia que na escola eu não estudava aquilo. Na educação do Campo viemos a refletir que a escola ensina conhecimentos que o aluno não utilizará no seu dia-a-dia. Meu pai precisava daquele conhecimento, mas eu não o tinha estudado na escola.

Nos anos iniciais sonhei em ser professora, mas conforme fui analisando o cotidiano escolar da minha professora com suas dificuldades com os alunos, percebi o quanto era desgastante mentalmente estar naquela profissão, o que me fez desistir do sonho. Talvez tenha sonhado por ser a única profissão de formação letrada que eu conhecia naquele meio rural.

Quando estava na cidade sonhei em ser advogada. Em umas das tendas de movimentos sociais no Fórum Social Mundial que aconteceu em Belém, assisti um vídeo que falava da vida da irmã Dorothy e da sua morte, e quando vi nos discursos daquele advogado que defendia o criminoso, a mentira virar verdade, desisti desse sonho porque não me prestaria aquele papel. Depois parei de sonhar, porque percebi que vários sonhos precisa-se ter condição financeira para realizá-lo ou o indivíduo estar no lugar que o sonho se instalou. Percebi que temos que embarcar nas oportunidades que são oportunizadas a nós.

O ser humano desenvolve muitas habilidades, algumas são trabalhadas com mais intensidade e outras não. Assim, se faz a profissão, se for bem trabalhada e o indivíduo tiver dedicação e esforço, ele consegue exercê-la com eficiência. O outro campo da profissão dos sonhos está relacionado com o campo da felicidade, se ele se sente feliz realizando aquele trabalho ou não, se o indivíduo adapta ao ambiente que a profissão exige, ou não.

## **5. O ENSINO SUPERIOR**

Quando terminei o ensino médio, fui convidada a fazer parte da diretoria do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruará), função a qual acarretou em grandes aprendizagens, na época, já casada.

Depois de exercer quatro anos de mandato no STTR, o esposo me propôs deixar a diretoria do STTR e voltarmos para o campo, para realizarmos alguns investimentos enquanto éramos jovens e estávamos aptos a realizar trabalho de um camponês. Como não vivíamos bem na relação conjugal, julguei ser uma boa proposta voltar para o campo, tanto para melhorar a relação, quanto para se fazer os investimentos e voltar a vida do campo na qual me sentia bem. Trabalhamos dois anos na propriedade, a relação conjugal somente piorava, os frutos colhidos do nosso trabalho se priorizavam em torno das necessidades dele e nunca as minhas necessidades. Analisando essa situação de submissão da mulher, já não me sentia feliz naquele relacionamento.

Fiquei sabendo do processo seletivo para ingressar na faculdade por uma colega do Sindicato de Uruará, a qual trabalhamos juntas, Simone Pilonetto, sendo que ela já cursava o curso de Educação do Campo pela UFPA no município de Brasil Novo, a qual me informou das datas e realizou minha matrícula. Fiquei muito feliz em saber que tinha a possibilidade de estudar novamente. E quando estudava para fazer o processo seletivo, ouvia de uma pessoa, que não adiantava estudar, não, porque muitos professores iriam fazer o processo seletivo e minha chance era mínima, porque os professores estavam lidando todos os dias com os livros e eu, não. Fiquei triste em ouvir isso, mas não me abalou, continuei estudando em apenas um livro de coleção dessas que compramos de vendedor, que havia ganhado da minha irmã.

Quando passei no processo seletivo foi uma imensa alegria para mim. Nem acreditava que tinha a chance de cursar o ensino superior pela Universidade Pública. Foi difícil, por não receber apoio do marido para estudar. No dia da matrícula na cidade de Placas, depois que ele me revelou que tinha me levado porque precisava consertar a moto, se não fosse esse conserto da moto, não vinha na cidade me trazer, ou seja, foi uma sorte minha a moto precisar de conserto para eu pegar uma carona para realizar a matrícula.

No primeiro módulo de aulas da graduação, foram dias difíceis para meu psicológico, associar esse desconforto da relação conjugal aos estudos. Ele nunca ia levar e nem me buscar na escola, que ficava a uma distância de 38 km da cidade de Placas a casa do ex sogro, aonde ele e meu filho de um ano de idade ficavam nos finais de semana. Eu sempre pagava corona para ir vê-los com alguém da comunidade que estava na cidade e ao final de semana iam para casa.

Um dia cansada de tanto pedir carona para os outros, pedi a ele mais uma vez que fosse me levar na escola, ele me disse que não dava. Acordei às 4 horas da manhã e peguei a moto escondido dele e vim para a escola. Minhas colegas acharam que era loucura minha, mas já estava cansada de pedir carona. Nesse dia cheguei na vila ainda escuro, esperei amanhecer cochilando no chão de um bar, e me senti como uma mendiga ali, naquela situação. Em outra ocasião, foi dolorido ouvir meu filho me chamar de tia, por estar convivendo muito tempo com sua tia e longe de mim, foi dolorido também ouvir da tia dele, que eu estava abandonando a família em busca de poder, esse poder era o estudo. Às vezes chorava em sala de aula, a professora me aconselhava a não desistir dos estudos. Respondi a ela que era mais fácil desistir do esposo do que dos estudos. E assim que voltei para casa me separei dele. E continuei meus estudos, pois minha família sempre me apoiou e incentivou a estudar, e aquela era uma ótima oportunidade de continuação dos estudos.

Na minha família, quando adolescente, percebia as relações de desigualdade de tratamento dada a nós mulheres em relação aos homens da casa. Nós mulheres nunca éramos consideradas geradoras de renda nas relações de trabalho, nosso trabalho nas lavouras e cuidados com animais era visto como uma extensão do trabalho doméstico, considerado que os frutos do nosso trabalho eram para o consumo da família, e a renda somente os homens adultos tinha acesso. Aos homens também eram permitidos trabalhar fora da propriedade para ganhar algum dinheiro, esse acesso não era dado às mulheres, até mesmo porque não se remunerava o trabalho da mulher no campo, já que ainda em muitas propriedades esse trabalho é considerado como “ajudinha”. O único incentivo que tivemos era o aprendizado do trabalho, tanto aos trabalhos da roça quanto aos trabalhos domésticos, mesmo não sendo remunerado tinha que aprender a trabalhar e tínhamos incentivos aos estudos como forma de independência. A partir desses poucos incentivos, quando essa situação ocorria comigo no casamento, de não participar e nem opinar sobre a renda e os projetos da propriedade e nem dos projetos da minha vida e por último o não apoio aos meus estudos, percebia-se que havia a desvalorização da minha pessoa enquanto mulher e trabalhadora daquela propriedade.

Sentia-me completamente desconfortável e em profunda tristeza do meu trabalho não ser reconhecido e considerado importante. Não tinha prioridade de usar os recursos finais produzidos na propriedade pela nossa mão de obra para melhoramento dos serviços na área que eu desenvolvia, considerada pelo ex esposo não necessário ou não importante. Por ter esse início de incentivo ao trabalho e aos estudos na família e por perceber os tratamentos de desigualdade entre homens e mulheres e também por sonhar por um mundo onde o trabalho e o valor da mulher possa ser reconhecido, toda essa realidade juntada à ideia da independência e liberdade da mulher que se consolidaram ao longo de cada vivência, foi o que me deu força e determinação para romper com ciclo do machismo e de dominação masculina. Como afirma Mageste, Melo e Ckagnazaro (2008), o meio em que a mulher foi educada, na família, comunidade, escola e na religião tem contribuição direta na emancipação e empoderamento ou não dessas mulheres a depender dos discursos ouvidos e práticas vivenciadas da valorização ou da submissão dessas mulheres. Assim, trago uma citação dessas autoras, muito significativa para pensar as relações de poder no processo.

Outra questão importante a respeito do empoderamento é que ele é um processo relacional no sentido de que envolve vínculos com outros atores, ou seja, para analisar o processo de empoderamento é preciso ter um olhar além do indivíduo e pensar no contexto e nas relações de poder nas quais o indivíduo está inserido. Nesse nível, é crucial para o processo de empoderamento, as influências familiares e os valores culturais transmitidos durante a criação na infância e juventude assim como o questionamento dos valores e das atitudes que a maioria das mulheres tem

internalizado desde a infância e que as levam a participar em sua própria opressão através de um tecido complexo de sanções religiosas, tabus sociais e culturais, superstições, hierarquias entre as mulheres no interior da família, condicionamentos, retraimentos, limitações da mobilidade física, discriminação de alimentos e outros recursos familiares e controle da sua sexualidade. (MAGESTE, MELO e CKAGNAZARO, 2008, p. 08)

## 5.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS APRENDIZAGENS

Para superar o baixo índice de graduação dos povos do campo e contribuir para uma educação de qualidade na região da Transamazônica e Xingu, a Universidade Federal do Pará junto com outras universidades e movimentos sociais do campo construíram propostas de cursos de graduação com ensino diferenciado voltados para as populações do campo e da floresta, e dentre esses estão os cursos de Licenciatura em Educação do Campo por área de conhecimento, destacando as de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Ciências Agrárias e Ciências Humanas.

Levando em consideração o processo de abandono e desvantagem de nível educacional entre o urbano e rural se faz justiça para rever esse processo histórico de exclusão escolar ao ofertar esses cursos de licenciatura por processo seletivo especial para inclusão das populações do campo, das águas e da floresta, almejando justiça social e educação para todos e não para alguns. Nesse princípio de ofertar a educação superior, o governo federal oferta os cursos de educação do campo. Conforme citação a seguir, esta iniciativa inicia em 2003, através de apoio a experiências pontuais e posteriormente por meio de editais do MEC pelo Programa Procampo.

Os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo fazem parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, para promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo – GPT (FACETNO, 2018)

Em 2015 iniciou-se a primeira temporada desse maravilhoso projeto de ofertar a educação aos camponeses no município de Placas, uma jornada de quatro anos de estudo no curso de licenciatura de Educação do Campo na área de Linguagens e Códigos. Era uma imensa felicidade voltar à sala de aula. Como estava a oito anos fora da escola, tudo se tornava uma reconquista, era uma retomada de um sonho que se perdeu no caminho. A sensação de estar entre colegas de turmas, de ter professor, de estudar novamente, era de uma alegria inexplicável.

No início não tinha uma dimensão do potencial e nem da qualidade do curso, o meu interesse estava voltado somente para ingressar na universidade, havia feito tentativa, inscrevendo em duas universidades particulares, mas por falta de assistência financeira, desisti de cursá-las.

Nas primeiras semanas de estudo da graduação de Educação do Campo, recebemos o material (apostilas, pendrive, caderno), apoio de hospedagem e alimentação por meio de recursos aprovados via o edital Procampo que previa três anos de apoio financeiro para implantação do curso.

Foi surpreendente, pois até então pensava que teríamos que custear todas as despesas. Na situação que me encontrava de dificuldades financeiras e sem o apoio do marido, sem o incentivo para permanência ao curso, não me manteria na licenciatura, se não tivesse esse apoio total. Fiquei encantada ainda mais quando foi se revelando o perfil dos professores que traziam as mesmas reflexões que tantas vezes ouvidas e debatidas como bandeiras de lutas no movimento sindical, reconhecia-se nos mestres o pertencimento e o entendimento da consciência de classe de trabalhador rural. Senti-me incluída nos debates que os professores vinham proporcionar, no ambiente da sala de aula, talvez por todos os alunos serem do campo e por visualizar, analisar e perceber a minha classe nos debates e discursos estudados e discutidos.

Quando estudávamos textos que revelavam e estabeleciam relações e reflexões acerca da luta e da vida do campesinato, da educação ofertada a nós camponeses, das leis que nos garantem vida digna e que tantas vezes são negadas, fazia-nos reconhecer o espírito de classe e nos era revelados conhecimentos da história que cada vez mais iam-se redescobrimo e fortalecendo com as pesquisas de campo da nossa realidade. As metodologias de alternância entre tempo-universidade e tempo-comunidade e os conteúdos curriculares foram algo não estudado no ensino fundamental e ensino médio. De início, nas pesquisas refletimos e pesquisamos a vida em geral dos camponeses e seguimos se especificando nas pesquisas das escolas do campo, desde sua concepção pensada para o campo às suas estruturas, currículos, metodologias de ensino e gestão escolar.

Essas pesquisas, estudos, debates e reflexões se consolidaram nas experiências de estágios docente nas próprias escolas das comunidades de pertencimento. Nos colocaram nos desafios: que professores seremos nesse universo do campo? porque por anos se arrastam os

cortes e negação de direito à educação? Porque essa escola do campo negou a existência desses sujeitos do campo, no material didático, no texto, no discurso e na produção escrita?

O novo professor da educação do campo, com essa formação que foi trabalhada, se preenche de um empoderamento de conhecimento histórico real, científico e de reconhecimento de classe, na tentativa de na prática docente superar os desafios de aprendizagens do aluno do campo e se fazer uma escola melhor com as características desses camponeses.

Essa formação do ensino superior contribui para suprir uma mão de obra profissional para servir com qualidade a educação no campo. Esta formação também colabora com a vida financeira desses novos profissionais do campo, o que melhora a renda familiar e a permanência ou mobilidade dessas famílias do campo. Também contribui significativamente com o empoderamento da mulher do campo que através do conhecimento se reconhece cada vez mais como mulher independente e defensora de seus valores, de seus trabalhos, fortalece a segurança de seus pensamentos e discursos em contraposição a essa cultura machista que opera na sociedade. Isso coopera fortemente para uma sociedade que valoriza a mulher e para o campo de direitos iguais quanto ao gênero.

O ensino dessa licenciatura se coloca num diferencial do ensino tradicional exercido em muitas escolas e universidades públicas e particulares. As metodologias propostas se encontram dentro da realidade vivenciada pelo aluno e a partir de suas constatações através das pesquisas e de textos, por exemplo, que geram a escrita e a produções de textos discursivos e provoca um debate para melhorar as futuras práticas educacionais. Na ênfase em Linguagens e Códigos, o curso reacende o significado da escrita que mobiliza, de se aprender a escrita e a leitura para contribuir com uma sociedade mais justa, igualitária, crítica e reflexiva. Não somente como vem se repetindo o ensino da escrita e leitura para fins mecânicos de produções e da formação de profissionais submissos e limitados que acarretam em um desenvolvimento desequilibrado não sustentável de uma sociedade.

Em novos tempos compreendo que a escola normal faltou desempenhar através de leitura e escrita o senso crítico-reflexivo, significado da história de vida e da vida digna.

## 5.2 EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA NO ESTÁGIO

Os estágios foram verdadeiros desafios para expor na prática as nossas teorias do aprendizado escolar que foram discutidas e refletidas nas aulas da faculdade. O encontro da teoria com a prática com os alunos foi várias vezes inovadores, surpreendentes e outras vezes frustrantes. Em razão das pesquisas escolares que nos revelaram o funcionamento escolar, com toda a sua complexidade enfrentada na gestão escolar, infraestrutura, material de apoio pedagógico, análises dos currículos, transporte escolar, relação escola e família, história da educação do campo e as leis que regem a educação. Todos esses tópicos estudados e analisados nos garantiram conhecimentos sobre as situações que iríamos encontrar em nossa prática docente. Isso nos fez apresentar outro tipo de postura, diálogos e atitudes diante desses desafios.

Através dos conhecimentos da história da educação no campo, as leis e os desafios que as famílias e os alunos enfrentam para acessar o ensino, foi possível propor novas visões. Essas análises nos fazem reagir com mais cautela em relação às atitudes de alunos que se originam a partir desses pressupostos e nos coloca com mais simplicidade diante do ensino, abandonando preconceitos e criando um ambiente escolar mais agradável e democrático a todos.

No entanto, foi um desencontro na parte de exercer os currículos escolares, pois as orientações do curso de Educação do Campo seguem a tendência de um ensino contextualizado, desenvolvendo o ensino da leitura e da escrita a partir de textos e começar esse trabalho a partir de realidades vividas pelo aluno, na maioria das vezes não foi possível contextualizar esse ensino por não termos a autonomia de mudar assuntos do currículo e em outras vezes por não saber usar essa habilidade de maneira que também alcançasse o mesmo objetivo do currículo proposto.

Nas práticas escolares em exercício da profissão e estágios, foi desafiador lidar com os desinteresses de alunos e comportamentos desrespeitosos. Em meio à dedicação dos pais ao trabalho, sem dedicar tempo à educação dos filhos, e em meio às transformações do mundo tecnológico, dentre outras que interessam e prendem a atenção dos jovens e adolescentes, a escola se torna cada vez mais desinteressante a esses jovens. Roballo descreve como se encontra a educação frente à essas transformações globais.

A educação encontra-se parada no tempo como uma velha casa abandonada que a cada chuva e dia de sol apodrece um pouco mais. Enquanto isso, o estudante tem em sua realidade o videogame, o celular, a internet e as comunidades virtuais. Tecnologias e mídias que domina como ninguém mas tem de ir a escola de má vontade olhar para um quadro negro, escrever num caderno assuntos que não interagem com sua realidade. Os meninos e meninas sentem-se desestimulados, como se abandonássemos nossos confortáveis carros e voltássemos a andar de carroça (ROBALLO, 2019).

O bloqueio do uso das tecnologias nas escolas pesquisadas, somada às greves de professores, falta de material didático, falta de transporte escolar adequado, manutenções das estradas rurais, adicionam contribuição para o não aprendizagem do aluno, e principalmente, professores desmotivados pelo abandono do poder público, a desvalorização sofrida pelos alunos se soma ao desinteresse dos mesmos pela escola.

Foram inovadoras algumas formas que usamos para abordar os conteúdos e as interações dos alunos ao estudarem os assuntos de forma dinâmica em trabalhos em grupos, sarau literário e produção de material. Para o exercício da docência, a formação diferenciada contribui significativamente para o desenvolvimento das nossas práticas docentes, tornando o conhecimento mais compreensível ao aluno e possibilitando a troca e construção do mesmo. Destaco a experiência em um dos estágios no ensino médio, no qual o uso dos computadores era permitido a alguns alunos na CFR de Uruará (Casa Familiar Rural) para a digitação dos artigos e relatórios e também pesquisa na internet através do celular da professora. Somente os professores tinha acesso à internet por plano particular. Em experiências a ensinar a partir da realidade do aluno, pude constatar que eles interagem significativamente e compreendem os assuntos. Veja uma situação que esclareceu como apliquei o ensino contextualizado relatado em um dos relatórios de estágio supervisionado.

Ao retorno do recreio, já assumo a prática pedagógica explicando a eles os assuntos que a professora C havia ditado. Levei-os a perceber que a nossa língua brasileira é complexa de significados e que usamos uma palavra que terá significados diferentes dependendo dos contextos. E também as palavras são parecidas nas escritas e nos sons, às vezes mudando de significados, e as vezes mudando uma única letra. Usei muitas frases de seus cotidianos para explicar essas variedades das palavras e significados. Inclusive uma das ações que eles praticaram muito no intervalo. A palavra “acertar”. Willian acertou a manga com um pedaço de pau e ela caiu. E outra frase. Willian acertou todas questões da prova. E a mesma palavra manga para vários significados. Manga: fruta, manga: de camisa, manga: de pasto. Eles interagem nas explicações citando exemplos. (RAMOS)

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o objetivo de discutir a educação que me foi ofertada a partir das lembranças da infância e fazendo relação do que foi discutido em sala de aula na licenciatura de Educação do

Campo, juntamente com outros autores, as memórias tem uma forte relação com as decisões que foram tomadas pelo Poder público para ofertar a educação no campo, e eu como sujeito dessa sociedade descrevi os desafios para acessar essa educação.

Outras relações de discurso marcante na memória da minha família foi a luta pela terra, que também se relaciona com a distribuição de terra no Brasil às classes dominantes, desde o início de sua colonização como descreveu os autores João Pedro Stédile e Frei Sérgio em seu livro “A luta pela Terra no Brasil”, e pelos relatos da memória dos meus pais e do padre Chico confirmam que causa graves consequências às famílias que defendem suas terras ou tem que pleitear uma terra do Estado para morar com suas famílias.

Se confirma também que a escola no período do ensino fundamental ao ensino médio, não se discutia temas relacionados às classes sociais dos alunos, como a luta que os agricultores enfrentam para adquirir a terra, a diferença da educação ofertada no campo e a educação ofertada na cidade, leis que asseguram os povos do campo, temas relacionados ao empoderamento das mulheres, dentre outros.

Através de entrevistas e em outros momentos com meus pais e os relatos do padre Francisco Glory se condensaram as discussões sobre a conquista pela terra, por meio de minhas memórias e as discussões sobre qualidade de ensino nas aulas da faculdade e juntamente com os autores pode ser discutido o ensino que o Poder público ofertou na minha infância e juventude e os desafios para acessar esse ensino até chegar ao ensino superior. Vale destacar que as descobertas a partir das pesquisas realizadas para fundamentar as minhas memórias estavam diretamente ligadas ao processo histórico de abandono e descaso da educação ofertada aos camponeses e também está ligada aos fortes preconceitos e machismo dos homens com relação às mulheres, ainda enraizada na sociedade, descobri também que as tomadas de decisões e planejamentos são decididas por determinados grupos que não são camponeses e os camponeses tem que vivenciar essas decisões que não se somam ao seu processo de desenvolvimento e valorização. Essa percepção nos mobiliza a ocupar os espaços que são discutidos e decididos essas decisões que influenciam diretamente a nós, sujeitos do campo. A partir desses conhecimentos, dessas reflexões e da valorização da memória, o sujeito se reconhece como parte dos acontecimentos e impulsiona-os a reagir para transformar determinadas situações de: imposições, massacres, desrespeito, descon siderações, etc. Esse processo de apropriar da história, refleti-la e registrá-la, nos tornam sujeitos mais conscientes a aptos a contribuírem com essa mesma história para melhoria da nossa própria vida e a vida de novos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. 18ª ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1994.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAES, Grinaura Medeiros; GUIMARÃES, Bruna Katherine. **Dos castigos escolares à construção de sujeitos de direitos humanos para uma cultura de paz nas instituições educativas**. 2019.

FACETNO. **Histórico do curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Disponível em <http://facetnoaltamira.ufpa.br/index.php/historico>. acessado em 19 de junho de 2019.

GAUER, Gustavo, GOMES, William Barbosa. Recordação de Eventos Pessoais: Memória Autobiográfica, Consciência e Julgamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Out-Dez 2008, Vol. 24 n. 4, pp. 507-514.

GLORY, François. **De François, por Francisco, a Chico** - Meus trinta anos a serviço das Comunidades de Base no Brasil Amazônico. Editora América: Goiânia, 2018. 477p.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa social: teoria, método, criatividade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

MAGESTE, Gizele de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; CKAGNAZARO, Ivan Beck. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações**. In: V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte, junho de 2008.

NETO, João Pedro. Conheça a história da rodovia Transamazônica. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/conheca-historia-rodovia-Transamazonica-699860.phtml>. Acessado em 20 de maio de 2019.

SILVA, J. Q. G. O memorial no espaço da formação acadêmica: (re)construção do vivido e da identidade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 601-624, jul./dez. 2010.

SOUZA; PETIT, Pedro. 2018. **Aventuras na História**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br> > publicado em 30/10/2018.

STÉDILE, J. P.; FREI SERGIO. **A luta pela terra no Brasil**. 1993.

ROBALLO, Davi. **A educação se encontra parada no tempo**. Disponível em <https://www.pensador.com/frase/MTk3MzA4Ng/>. Acessado em 10 de junho de 2019.

VECCHIA, Maria José Gerlack. **A importância do conceito de memória coletiva ou social na visão das ciências sociais**. Disponível em: <http://memoriaipms.blogspot.com/2012/10/a-importancia-do-conceito-de-memoria.html>. Acessado em 20 de maio de 2019.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil**: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. 2017. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (doutorado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista.